

10ª ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL
ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE GADO JERSEY DO BRASIL
CNPJ/MF Nº 33.673.906/0001-26

Por este instrumento particular de alteração de estatuto social, a **ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE GADO JERSEY DO BRASIL**, entidade de natureza civil sem fins econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.673.906/0001-26, com sede na Rua Francisco Torres, nº 545, 14º andar, conjunto 1403, centro, Curitiba/PR, CEP 80060-130, neste ato representada por seu Diretor-presidente e consoante Assembleia Geral Extraordinária do dia 13 de fevereiro de 2020, última alteração registrada em 15 de junho de 2015, sob o nº 639791, resolve alterar seu estatuto social que passará a vigorar de acordo com os artigos e condições consolidados em Assembleia Geral.

Desta forma, em razão das alterações realizadas, resolvem os sócios consolidar seu Estatuto Social, revogando-se os outros, regendo-se exclusivamente pelos seguintes artigos e condições:

CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL
ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE GADO JERSEY DO BRASIL
CNPJ/MF Nº 33.673.906/0001-26

TÍTULO I
DA ASSOCIAÇÃO

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE E DA DURAÇÃO

Art. 1º - A Associação dos Criadores de Gado Jersey do Brasil – ACGJB, anteriormente denominada Associação dos Criadores de Gado Jersey, fundada na cidade do Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1.938, é uma entidade de natureza civil, sem fins econômicos, de duração indeterminada, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Art. 2º - A Associação tem Sede e Foro na Capital do Estado do Paraná, na Rua Francisco Torres, nº 545, 14º andar, sala 1403, centro, Curitiba/PR, CEP 80060-130, podendo criar, transferir ou extinguir agências, escritórios, nomear representantes em qualquer ponto do Território Nacional ou no Exterior, reconhecer Associações Regionais como suas Filiadas ou Núcleos a critério da Diretoria.

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES



Art. 3º - São finalidades da ACGJB:

- I - Congregar pessoas Físicas ou Jurídicas, diretas ou indiretamente ligadas à criação ou expansão de bovinos da Raça Jersey;
- II - Por autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, manter o registro e o controle genealógico dos bovinos da Raça Jersey em todo país, nas formas previstas no Regulamento do Serviço de Registro Genealógico e nas normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- III - Fomentar o desenvolvimento e a melhoria da Raça Jersey, por todos os meios ao seu alcance;
- IV - Estimular o desenvolvimento da Raça Jersey mediante importação de reprodutores, matrizes, sêmen de reprodutores provados e de embriões, observadas as normas vigentes, estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- V - Estudar e defender os interesses dos criadores quanto à produção, industrialização, comercialização e valorização do Leite Jersey;
- VI - Organizar Feiras, Exposições, Certames e Leilões, elaborar suas respectivas normas e regulamentos, bem como colaborar com os poderes públicos ou entidades privadas nesses eventos;
- VII - Proceder estudos de problemas de origem zootécnica de interesse da pecuária nacional, fazendo observações sobre o comportamento da Raça;
- VIII - Colaborar com os poderes públicos na solução dos problemas ligados a pecuária leiteira;
- IX - Defender interesses dos criadores associados;
- X - Proceder estudos, desenvolver trabalhos, realizar consultorias, assessorar e emitir pareceres para os órgãos públicos, particulares e associados nas áreas de:
 - a) Controle Leiteiro;
 - b) Veterinária;
 - c) Zootecnia;
 - d) Alimentação e Nutrição;
 - e) Estabulagem;
 - f) Manejo Animal; e
 - g) Importação e Exportação de Animais, Sêmens, e Embriões;



- XI - Criar e desenvolver programas e estudos na área de informática, destinados aos controles de plantel, gerenciamento da criação e da propriedade, produção leiteira, controle genético e quaisquer outros necessários aos criadores;
- XII - Prestar assessoria e consultoria às associações filiadas;
- XIII - Poderá ainda a Associação desenvolver outras atividades julgadas de proveito e interesse dos criadores.

TÍTULO II DOS ASSOCIADOS

CAPÍTULO I DO QUADRO SOCIAL

Art. 4º - Poderão ser associados pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesse direto no desenvolvimento da Raça Jersey.

Art. 5º - O quadro social compor-se-á das seguintes categorias de associados:

- I - *Fundadores* - os que assinaram o Livro de Presença e a Ata de Fundação da Associação em 16 de agosto de 1.938;
- II - *Criadores* - os proprietários de bovinos da Raça Jersey, com animais registrados em seu nome, que contribuam com emolumentos e anuidades estabelecidas;
- III - *Beneméritos* - os que tenham prestado serviços relevantes em prol da entidade, feito contribuições ou doações de bens móveis ou imóveis, por declaração do Conselho Deliberativo Pleno;
- IV - *Honorários* - os que graças a seus dotes pessoais, sua atuação na coletividade e os serviços que, direta ou indiretamente, tenham prestado à pecuária, se fizerem merecedores de tal distinção por declaração do Conselho Deliberativo Pleno;
- V - *Correspondentes* os que, domiciliados ou sediados no país ou no exterior, colaborem com a Associação em assuntos de interesse desta;
- VI - *Por Afinidade* os que não possuem animais da Raça Jersey registrados, mas que desejam ter informações sobre eventos, receber material de divulgação técnica da Associação Brasileira, das Filiadas ou dos Núcleos.



CAPÍTULO II

DA ADMISSÃO, EXCLUSÃO E PENALIDADES

Art. 6º - Para a admissão na ACGJB o interessado deverá, de acordo com a categoria de associado que lhe interessa, efetuar o procedimento de associação determinado pelo Regimento Interno.

Parágrafo único - A recusa de um candidato deverá ser justificada pela Diretoria.

Art. 7º - A exclusão do associado dar-se-á:

- I - Por vontade própria, mediante pedido por escrito, cabendo ao interessado recolher à tesouraria os eventuais débitos a seu cargo;
- II - Pelo não pagamento de contribuições, anuidades ou outras obrigações devidas;
- III - Pelo falecimento, falência ou extinção;
- IV - Em virtude de prática de falta considerada grave.

Art. 8º - O associado que infringir disposições do presente Estatuto, do Regulamento de Registro Genealógico, de resolução da Diretoria, do regulamento das Feiras, Exposições, Certames ou Leilões promovidos pela Associação, ou, ainda, do seu regimento interno, bem como, quando por sua conduta, dentro ou fora da entidade, praticar atos, formular declarações ou incorrer em faltas que, a critério da Diretoria, sejam consideradas graves, ficará sujeito às seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - Suspensão;
- III - Exclusão.

CAPÍTULO III DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 9º - São direitos dos associados em geral:

- I - comparecer às Assembleias Gerais bem como às reuniões de diretoria e discutir sobre o objeto ou objetos prefixados ou postos em debate no seu decurso;
- II - requisitar informações à Diretoria sobre assuntos referentes à administração da entidade;



- III - receber informações da ACGJB relacionadas às suas finalidades institucionais;
- IV - frequentar a sede social e outras dependências da Associação, bem como ter acesso às Feiras, Exposições e Certames por ela promovidos ou patrocinados;
- V - desligar-se da entidade.

Art. 10 - A categoria de Associado por Afinidade, não tem direito a votar ou ser votado, bem como, não usufrui de qualquer benefício de desconto nos serviços executados pelo SRG, porém pagará uma anuidade pré-estabelecida com o objetivo de custear as despesas de correio para enviar os diversos materiais de divulgação, exposição e fomento da Raça.

Art. 11 - Os associados das categorias Fundadores e Efetivos, quando quites com a tesouraria e pertencerem ao quadro social há mais de 06 (seis) meses, terão, ainda, os seguintes direitos:

- I - votar e ser votados nas Assembleias Gerais;
- II - serem eleitos para os órgãos da Associação;
- III - requerer, com pelo menos 1/5 (um quinto) de associados em dia com suas obrigações, a convocação de Assembleia Geral;

Art. 12 - Aos *Associados Honorários* são assegurados apenas os direitos previstos nos incisos III, IV, V do artigo 09.

Art. 13 - Aos *Associados Correspondentes e por Afinidade* é assegurado apenas os direitos previstos nos incisos III e V do artigo 09.

Art. 14 - São deveres dos associados:

- I - Contribuir pontualmente com as anuidades e demais contribuições a que estiverem sujeitos em decorrência de serviços prestados pela Associação;
- II - Observar e acatar fielmente o determinado no presente Estatuto, no regimento interno, no Regulamento de Registro Genealógico e nas resoluções da Diretoria;
- III - Colaborar em todos os empreendimentos levados a efeito pela Associação, especialmente no tocante às Feiras, Exposições, Certames ou Leilões;



- IV - Aceitar as decisões ou julgamentos dos juízes nas Exposições, sem qualquer demonstração pública;
- V - Fornecer ou custear condução e hospedagem aos membros das comissões técnicas, quando no desempenho das atribuições previstas no regulamento do Serviço de Registro Genealógico de interesse do associado.

TÍTULO III DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Art. 15 - A Associação será dirigida, administrada, fiscalizada e orientada pelos seguintes órgãos:

- I - Assembleia Geral
- II - Diretoria
- III - Conselho Deliberativo Pleno
- IV - Conselho Fiscal

CAPÍTULO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 16 - A Assembleia Geral é órgão soberano da Associação, constituída pelos associados elencados no Artigo 5º, inciso I e II e a ela compete decidir sobre as questões que não forem da alçada dos demais órgãos da entidade.

§ 1º - A Assembleia reunir-se-á em caráter ordinário e extraordinário.

§ 2º - A Assembleia será convocada, instalada e presidida pelo Diretor Presidente.

§ 3º - A convocação será feita por publicado no site da ACGJB, por e-mail ou carta, com antecedência de 20 (vinte) dias corridos. Em caso de convocação para encerramento e/ou extinção da entidade, a convocação deverá ser feita por aviso publicado em jornal de circulação diária na sede social, no site da ACGJB, por e-mail ou carta, com antecedência de 30 (trinta) dias corridos. Os núcleos reconhecidos e entidades filiadas receberão da Diretoria cópia desses avisos por e-mail, para serem afixados nas respectivas sedes.

§ 4º - A Assembleia se reunirá em primeira convocação com a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos Associados, Fundadores e/ou Efetivos, quites com a tesouraria. Não havendo "quorum", a reunião será instalada 30 (trinta) minutos após, em segunda convocação, com qualquer número de associados desde que quites com a tesouraria.



§ 5º - Os associados poderão fazer-se representar por outros associados com direito a voto, por seus cônjuges ou companheiros (em regime de separação total de bens), seus filhos ou seus pais, mediante procuração com firma reconhecida. Nenhum associado poderá representar mais de 03 (três) sócios.

- a) O cônjuge ou companheiro que tenha comunhão total ou parcial de bens, por ser coproprietário do plantel, não necessitará de procuração, bastando apresentar a certidão de casamento ou de união estável emitida até 30 dias antes da assembleia, ou ter seus dados cadastrados na associação.

§ 6º - O voto poderá ser efetuado pela internet, no site da ACGJB, por certificação digital.

§ 7º - Salvo as exceções constantes do presente Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de voto, cabendo ao Presidente, além de seu voto, o de desempate.

§ 8º - Dos Trabalhos serão lavradas atas em livro próprio, assinados pela mesa e pelos associados presentes.

SEÇÃO I **DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Art. 17 - A Assembleia Geral será convocada ordinariamente uma vez por ano, nos primeiros 15 dias de dezembro, na sede da Associação para fim de examinar, discutir e votar as contas da Diretoria, relatórios e balanço anual, que deverão ser apresentados com o parecer do Conselho Fiscal.

§ 1º - Compete à AGO, a cada 3 (três) anos, no mês de dezembro, proceder às eleições previstas neste Estatuto, sendo que os membros eleitos tomarão posse independentemente da assinatura de termo de posse, no primeiro dia útil de janeiro do ano seguinte.

§ 2º - Quando da realização da AGO de Eleição, será apresentado o Balanço parcial de encerramento dos trabalhos da Diretoria, abrangendo de janeiro até o último mês imediatamente anterior ao da data de Eleição do ano em curso, para o fim de examinar as contas da Diretoria, com o parecer do Conselho Fiscal.

SEÇÃO II **DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Art. 18 - A Assembleia Geral será extraordinariamente convocada sempre que necessário, para fim de examinar, discutir e votar, entre outras, as



seguintes matérias, observados o "quorum" de instalação e deliberação regulados neste Estatuto:

- I - Autorização para a Diretoria adquirir, alienar, onerar bens imóveis de qualquer valor;
- II - Ratificação de substituto, no caso de vacância de cargo ou nova eleição nos casos previstos no presente Estatuto;
- III - Alteração do Estatuto Social e regimento interno;
- IV - Dissolução, Liquidação e Extinção da Associação;
- V - Apreciação de recursos interpostos por associados contra atos da Diretoria;
- VI - Destituição de diretores.
- VII - Concessão de título de Presidente Emérito aos Ex-Presidentes da Associação por reconhecidos e relevantes serviços prestados a Entidade.

CAPÍTULO II DA DIRETORIA

Art. 19 - A Associação terá uma Diretoria composta de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) membros, todos associados, com os requisitos previstos neste Estatuto, sendo:

- um Diretor-Presidente,
- um Diretor Vice-Presidente Nacional,
- um Diretor Vice-Presidente Internacional,
- até nove Diretores Vice-Presidentes Regionais,
- um Diretor Primeiro Secretário,
- um Diretor Segundo Secretário,
- um Terceiro Secretário,
- um Diretor Primeiro Tesoureiro,
- um Diretor Segundo Tesoureiro,
- um Diretor Terceiro Tesoureiro,
- um Diretor de Marketing, Comunicação,
- um Diretor de Fomento
- até três diretores sem designação especial.

Parágrafo único - O mandato da Diretoria é de 03 (três) anos, permitida a reeleição de seus integrantes, inclusive do Diretor-Presidente por mais um



mandato, mantendo-se os Diretores no exercício de seus cargos até a eleição e posse da nova Diretoria.

Art. 20 - Para concorrer à eleição os associados interessados deverão elaborar chapas de candidatos, entregando-as à Diretoria para registro com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da Assembleia Geral.

Art. 21 - As reuniões da Diretoria serão convocadas sempre que necessárias, pelo Diretor-Presidente e realizadas com a presença de, no mínimo, 03 (três) diretores.

§ 1º - A presença dos membros da diretoria às reuniões convocadas é obrigatória.

§ 2º - É facultativo, porém, o comparecimento dos Diretores Vice-Presidentes, que terão direito a voto, se presentes.

§ 3º - As matérias aprovadas, quando a Diretoria julgar conveniente, serão divulgadas através de resoluções, assinadas pelo Diretor-Presidente.

§ 4º - As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos diretores presentes, cabendo ao Presidente, além do seu, o voto de qualidade.

§ 5º - Das reuniões da Diretoria será lavrada a competente ata, assinada pelos presentes.

Art. 22 - Compete à Diretoria o exercício das atribuições e poderes que a lei lhe confere, competindo-lhe, nos termos deste Estatuto, também:

- I - Fixar, anualmente, coincidindo com o exercício financeiro, o valor das anuidades, emolumentos, contribuições e remuneração pelos serviços prestados;
- II - Organizar a administração da Associação, dentro da melhor técnica possível;
- III - Gerir todos os bens da Associação;
- IV - Programar o orçamento anual;
- V - Apresentar anualmente à Assembleia Geral o relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, previamente apreciadas pelo Conselho Fiscal;
- VI - Estabelecer as premissas do orçamento anual e sua aprovação;



- VII - Conceder ou recusar a admissão de associados, bem como determinar sua punição ou exclusão, na forma deste Estatuto;
- VIII - Remeter ao Ministério da Agricultura e Abastecimento ou ao órgão público competente, os relatórios e documentos exigidos;
- IX - Criar e suprimir cargos administrativos internos da Associação, contratar, remover, suspender, demitir pessoal, fixar salários e vencimentos, exceto do Superintendente do SRG.
- X - Nomear ou contratar, para auxiliar o Superintendente do Serviço de Registro Genealógico, profissionais credenciados para exercer funções atinentes ao registro genealógico e outras;
- XI - Organizar Feiras, Exposições, Certames e Leilões, bem como reuniões ou palestras e autorizar a realização destas por suas filiadas;
- XII - Determinar a publicação do regulamento de Registro Genealógico, bem como das normas e regulamentos das feiras, exposições, certames e leilões e ainda, quando entender útil, das atividades da Associação;
- XIII - Manter um quadro oficial de juizes para atuar em Feiras, Exposições;
- XIV - Instalar agências, escritórios, nomear representantes no país ou no exterior, reconhecer associações regionais com suas filiadas e firmar acordos com associações congêneres, ouvido o Conselho Deliberativo Técnico;
- XV - Nomear os diretores na vacância do cargo, obedecida a ordem de sucessão estabelecida no estatuto, exceção do Diretor-Presidente, para o qual deverá ser observado o disposto no Artigo 24º, parágrafo 1º;
- XVI - Adquirir bens móveis e serviços para que a Associação supra suas necessidades, bem como atinja e cumpra as finalidades previstas neste Estatuto;
- XVII - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto e as decisões das Assembleias Gerais da Associação.
- XVIII - Aprovar decisões do Conselho Deliberativo Técnico que impactem as finanças ou a imagem da associação.
- XIX - Escolha das pessoas (mínimo de uma e máximo de três) a serem agraciadas anualmente, com a medalha de mérito Jersista, a ser entregue quando da Exposição Nacional da Raça;

SEÇÃO I



**DO DIRETOR-PRESIDENTE, DIRETOR VICE-PRESIDENTE NACIONAL E
DIRETOR VICE-PRESIDENTE INTERNACIONAL**

Art. 23 - Compete ao Diretor-Presidente:

- I - Representar a Associação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, sendo facultada a constituição de procurador especial para este fim;
- II - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- III - Participar das reuniões do Conselho Deliberativo Técnico;
- IV - Nomear comissões especiais de estudo;
- V - Assinar ofícios e representações dirigidas às autoridades;
- VI - Assinar conjuntamente com o Diretor Primeiro Tesoureiro e na vacância do cargo com o Diretor Primeiro Secretário, todos os contratos, acordos, convênios e outros documentos que envolvam obrigações ou responsabilidades para a Associação, ressalvadas as disposições contidas no parágrafo único do Artigo 47º;
- VII - Rubricar todos os livros de atas dos diversos órgãos diretivos;
- VIII - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, o Regimento Interno e a legislação pertinente;
- IX - Convocar as Assembleias Gerais;
- X - Contratar, suspender e demitir o Superintendente da ACGJB;
- XI - Receber renúncia de membros da Diretoria.

Art. 24 - Compete ao Diretor Vice-Presidente Nacional ou ao Diretor Vice-Presidente Internacional, além de suas atribuições normais de Diretor, substituir, pela ordem, o Diretor Presidente em suas faltas ou impedimentos temporários.

§ 1º - Se ocorrer vacância do cargo de Diretor-Presidente, a substituição acima far-se-á até que a Assembleia Geral ratifique, nos termos do Artigo 18º inciso II, permanecendo o Vice-Presidente Nacional, e na sua falta ou impossibilidade, o Vice-Presidente Internacional no cargo, até a posse da nova Diretoria, quando for o caso.

§ 2º - O diretor Vice-Presidente Nacional ou diretor Vice-Presidente Internacional deverá representar a Associação quando designado pelo Diretor-Presidente.



§ 3º - Na ausência temporária do Diretor Vice-Presidente Nacional, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente Internacional e na sua ausência pelo Diretor Primeiro-Secretário.

§ 4º - Compete, concorrentemente e especialmente, ao Diretor Vice-Presidente Internacional, além de suas atribuições normais de Diretor, tratar de todos e quaisquer assuntos com criadores e entidades do Gado Jersey, cuja sede localize-se em território estrangeiro.

SEÇÃO II

DOS DIRETORES VICE-PRESIDENTES REGIONAIS

Art. 25 - Compete aos Diretores Vice-Presidentes Regionais:

- I - Organizar, desenvolver e orientar os serviços gerais da Região que representa;
- II - Encaminhar para a Associação todo o expediente relativo a sua região que seja de competência da Diretoria e demais órgãos da Associação;
- III - Respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto e o regimento interno, bem como a legislação vigente na Região que representa;
- IV - Cumprir e fazer cumprir as determinações da Diretoria na Região que Representa;
- V - Auxiliar os demais membros da Diretoria nos assuntos de competência destes no âmbito da região que representa.

Parágrafo único - Além das atribuições acima, aos Diretores Vice-Presidentes Regionais poderão ser delegados outros encargos pelo Diretor Presidente.

Art. 26 - Compete ao Diretor Primeiro Secretário:

- I - Organizar, desenvolver e orientar os serviços gerais da secretaria;
- II - Assinar a correspondência simples, que não necessitar de assinatura do Diretor-Presidente;
- III - Lavrar, conferir e assinar com o presidente as atas das reuniões da diretoria e da Assembleia Geral;
- IV - Encaminhar ao Conselho Deliberativo Técnico todo o expediente a ele relativo;



- V - Substituir o Diretor Presidente na ausência do Diretor Vice-Presidente Internacional.
- VI - Assinar todos os documentos com o Diretor Presidente na vacância do cargo de Tesoureiro até nova eleição.

Art. 27 - Compete ao Diretor Segundo Secretário, além de suas atribuições normais de Diretor, colaborar quando solicitado, com o Diretor Primeiro Secretário na execução de suas atribuições, bem como substituí-lo em suas faltas ou impedimentos, ou na vacância do cargo.

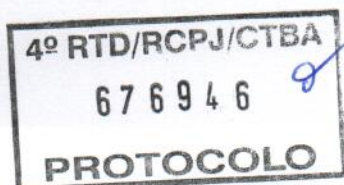
Art. 28 - Compete ao Diretor Terceiro Secretário, além de suas atribuições normais de Diretor, colaborar quando solicitado, com os demais diretores Secretários na execução de suas atribuições, bem como substituí-los em suas faltas ou impedimentos, ou na vacância do cargo.

SEÇÃO III **DOS DIRETORES TESOUREIROS**

Art. 29 - Compete ao Diretor Primeiro Tesoureiro:

- I - Arrecadar a receita e ter sob sua guarda e responsabilidade todos os títulos e valores da Associação, dando recibos e acompanhando a escrituração dos livros próprios;
- II - Efetuar os pagamentos das contas e demais obrigações da Associação de acordo com este Estatuto e, juntamente com o Diretor Presidente, abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assinar cheques e ordens de pagamento;
- III - Elaborar o relatório econômico-financeiro a ser apresentado à Assembleia Geral ao fim de cada exercício;
- IV - Elaborar o orçamento anual, ouvidos os demais órgãos Diretivos;
- V - Apresentar, sempre que solicitado pelo Conselho Fiscal ou pela Diretoria, Balancetes e Demonstrações da vida financeira da Associação.
- VI - Assinar, juntamente com o Diretor Presidente contratos, acordos, convênios e outros documentos que envolvam obrigações ou responsabilidades para a Associação.

Art. 30 - Compete ao Diretor Segundo Tesoureiro, além de suas atribuições normais de Diretor, auxiliar, quando solicitado, o Diretor Primeiro



Tesoureiro na execução de suas atribuições, bem como substituí-lo em suas faltas ou impedimentos, ou na vacância do cargo.

Parágrafo único – Poderá o Segundo Tesoureiro assinar os documentos e cheques da Associação sempre que o Primeiro Tesoureiro não estiver presente para tal ato, devendo sua assinatura ser cadastrada no banco.

Art. 31 - Compete ao Diretor Terceiro Tesoureiro, além de suas atribuições normais de Diretor, auxiliar, quando solicitado, os demais Diretores Tesoureiros na execução de suas atribuições, bem como substituí-los em suas faltas ou impedimentos, ou na vacância do cargo.

SEÇÃO IV **DO DIRETOR DE COMUNICAÇÃO E MARKETING**

Art. 32 - Compete ao Diretor de Comunicação e Marketing:

- I - Responsabilizar-se pela coordenação ou organização de Feiras, Exposições, Certames e Leilões promovidos pela Associação;
- II - Representar a Associação em solenidades e eventos, por solicitação do Presidente ou da Diretoria;
- III - Divulgar, da melhor forma possível, todos os assuntos relativos à Associação que a Diretoria julgar de interesse;
- IV - Ter a seu cargo e sob sua fiscalização as publicações relativas a Associação, inclusive publicitárias;
- V - Responsabilizar-se pela elaboração e impressão da revista e do boletim interno divulgador das atividades da Associação, na forma aprovada pela Diretoria;
- VI - Promover serviços de informação para os criadores na forma aprovada pela Diretoria;
- VII - Promover a realização de cursos de interesse dos criadores;

SEÇÃO V **DO DIRETOR DE FOMENTO**

Art. 33 - Compete ao Diretor de Fomento:

- I - Sugerir a confecção de taças, medalhas e troféus ofertados pela Associação nos eventos;



- II - Promover a realização de cursos de interesse dos criadores;
- III - Contribuir para a melhoria da criação da Raça Jersey, através de palestras, seminários e programas de incentivo;
- IV - Incentivar a reunião dos criadores para a formação de Núcleos Regionais;
- V - Promover e realizar programas para trazer novos associados.

SEÇÃO VI **DOS DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECIAL**

Art. 34 - Compete aos Diretores sem designação especial exercerem as funções e atribuições que lhes forem determinadas pelo Diretor Presidente em reunião de Diretoria.

Parágrafo único - Na hipótese de vacância de cargo de diretoria, não havendo segundo ou terceiro diretor eleito, o Diretor-Presidente nomeará, dentre os Diretores sem designação especial, o substituto.

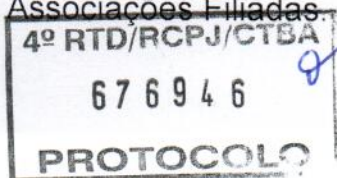
CAPÍTULO III **DO CONSELHO DELIBERATIVO PLENO**

Art. 35 - O Conselho Deliberativo Pleno é o órgão de deliberação superior da Associação dos Criadores de Gado Jersey do Brasil.

Art. 36 - Compete ao Conselho Deliberativo Pleno:

- I - Admissão de sócios beneméritos e honorários;
- II - Criação e fixação de critérios de qualquer honraria, comenda ou medalha a ser concedida ou outorgada pela ACGJB;
- III - Deliberar sobre o atendimento de associados de localidades onde existam filiadas, que solicitem ser atendidos pela associação nacional.

Art. 37 - O Conselho Deliberativo Pleno é formado pelo: Diretor Presidente da ACGJB, Diretor Vice-Presidente Nacional da ACGJB, Diretor Vice-Presidente Internacional da ACGJB, Diretor Primeiro Secretário da ACGJB, Diretor Segundo Secretário da ACGJB, Diretor Terceiro Secretário da ACGJB, Diretor Primeiro Tesoureiro da ACGJB, Diretor Segundo Tesoureiro da ACGJB, Diretor Terceiro Tesoureiro da ACGJB, Diretor de Comunicação e Marketing da ACGJB, Diretor de Fomento da ACGJB, Diretores Presidentes das Associações Filiadas.



§ 1º - O Conselho Deliberativo Pleno será presidido pelo Presidente da Diretoria da ACGJB.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho Deliberativo Pleno, será o mesmo do cargo que habilita para o exercício da função de conselheiro, enquanto forem associados da ACGJB.

Art. 38 - A posse dos membros do Conselho Deliberativo Pleno e do seu Presidente, será procedida mediante assinatura da lista de presença da reunião que os elegeram.

Art. 39 - O Presidente do Conselho Deliberativo Pleno, fixará as datas das reuniões ordinárias do órgão, as quais deverão ser realizadas, no mínimo, anualmente.

§ 1º - As reuniões serão sempre convocadas com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

§ 2º - As reuniões se farão com a presença de pelo menos 9 (nove) conselheiros.

CAPÍTULO IV **DO CONSELHO FISCAL**

Art. 40 - O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador das finanças, da execução orçamentária e do patrimônio da Associação e será composto por 06 (seis) membros, sendo 03 (três) efetivos, e 03 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com o mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

Art. 41 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Examinar os balancetes apresentados pela tesouraria;
- II - Examinar o balanço anual, contas da Diretoria e demais demonstrativos e emitir pareceres;
- III - Opinar, em forma de parecer, sobre qualquer matéria que lhe tenha sido submetida pela Diretoria.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Fiscal, quando julgarem necessário, poderão solicitar a contratação de serviços de contador ou auditor para examinar os livros e os documentos da entidade, devendo os honorários respectivos ser previamente orçados pela Diretoria.

Art. 42 - O Conselho Fiscal apreciará as contas do exercício findo e apresentará parecer em até 07 (sete) dias antes da realização da Assembleia Geral Ordinária.

§ 1º - Os membros efetivos do Conselho Fiscal, em caso de falta, impedimento, renúncia, falecimento ou perda de mandato, serão substituídos pelos suplentes na ordem de antigüidade no quadro social.

§ 2º - As reuniões, quando convocadas, deverão ter a presença mínima de 03 (três) membros do Conselho.

TÍTULO IV **DA RECEITA E PATRIMÔNIO**

CAPÍTULO I **DAS FONTES DE RECEITAS**

Art. 43 - Constituem fontes de receita da Associação:

- I - As Anuidades ou outras contribuições de Associados;
- II - Os emolumentos de registro de animais ou de emissão de certificados;
- III - As Receitas provenientes da realização de Feiras, Exposições, Certames e Leilões;
- IV - As Subvenções ou auxílios oficiais ou particulares;
- V - Os legados e as doações;
- VI - As rendas mobiliárias e imobiliárias;
- VII - As receitas decorrentes dos serviços prestados;
- VIII - Mensalidades das filiadas;
- IX - Patrocínio.

Art. 44 - Os valores das receitas citadas nos itens I, II, III, VII e VIII, do Artigo 43, serão fixadas pela Diretoria, de acordo com as necessidades orçamentais.

§ 1º - A tabela de emolumentos para execução de registro genealógico, deverá ser aprovada pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento.

§ 2º - Ficarão sujeitos a emolumentos especiais a serem, também, previamente aprovados pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, os registros de animais importados ou nacionais e as transferências, quando os serviços forem executados fora dos prazos previstos pelo Regulamento do Registro Genealógico, por atraso do criador.

§ 3º - Aos criadores associados, a critério da Diretoria da ACGJB, poderão ser concedidos descontos sobre o valor dos emolumentos aprovados pelo Ministério da Agricultura.

§ 4º - Poderá o Presidente com anuência do Primeiro Secretário ou Primeiro Tesoureiro, após solicitação por escrito de readmissão de associado desligado, conceder perdão da dívida, desconto ou isenção dos juros, multa e correção monetária para quitação de dívidas pendentes.

CAPÍTULO II **DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

Art. 45 - O patrimônio da Associação será formado pelos bens que tenha adquirido ou recebido a qualquer título, cabendo à Diretoria administrá-los a bem do interesse social.

Parágrafo único - Somente com autorização da Assembleia Geral Extraordinária poderá a Associação adquirir, de forma onerosa, alienar ou onerar bens imóveis de seu patrimônio, podendo, todavia, a Diretoria entabular negociações preliminares "Ad-Referendum" da Assembleia.

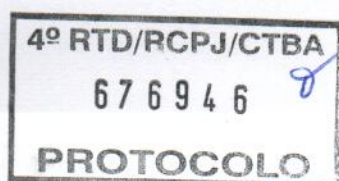
TÍTULO V **DO EXERCÍCIO SOCIAL, CONTAS E BALANÇO**

Art. 46 - O exercício social será iniciado em 1º de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de cada ano.

§ 1º - Ao fim de cada exercício serão levantadas as contas da Diretoria, o balanço e os demais demonstrativos financeiros, os quais, acompanhados de relatórios da administração e parecer do Conselho Fiscal, serão encaminhados a Assembleia Geral Ordinária.

§ 2º - Caberá à Diretoria propor a constituição de reservas e outras destinações que julgar necessárias ou convenientes, para manter a integridade patrimonial e a liquidez da Associação.

TÍTULO VI **DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO, DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E** **EXTINÇÃO DA ENTIDADE**



Art. 47 - O presente Estatuto poderá sofrer alterações por proposta da Diretoria ou a pedido de, no mínimo, 1/3 (um terço) associados com direito a voto, encaminhada para deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, com aprovação de 1/3 (um terço) da totalidade de associados inscritos na ACGJB, com direito a voto.

Art. 48 - A Associação somente poderá ser dissolvida se justificada a impossibilidade de sua continuação, mediante realização de Assembleia Geral, especialmente convocadas para esse fim.

§ 1º - Ocorrendo votação favorável para a dissolução, a Assembleia Geral Extraordinária nomeará liquidante entre seus associados votantes.

§ 2º - O liquidante procederá aos trâmites liquidatórios cabíveis, sendo que o acervo da entidade, será transferido para uma Associação congênere, sem fins lucrativos, com sede no Brasil.

§ 3º - No caso de dissolução e extinção da entidade, o acervo do registro genealógico será entregue, obrigatoriamente, ao Ministério da Agricultura e Abastecimento, ou entidade por este designada.

TÍTULO VII DAS FILIADAS E DOS NÚCLEOS

Art. 49 - A Associação poderá subdelegar às Associações Filiadas a realização de suas atividades, através de contratos com duração de 03 (três) anos concomitantes com o exercício eleitoral, desde que obedecidas as normas de procedimento Técnico Administrativo para o registro das entidades e a execução dos Registros Genealógicos, previstos na Portaria nº 47 e Anexo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de 15 de outubro de 1987 e demais legislações pertinentes.

Art. 50 - A Associação reconhecerá Núcleos desde que atendam aos interesses do criatório da Raça Jersey, estabelecidos no Regulamento do Serviço de Registro Genealógico, do Ministério da Agricultura e Abastecimento, neste Estatuto e no Regimento Interno da ACGJB.

Parágrafo único - O reconhecimento será expresso por ato da Diretoria em resposta a solicitação do interessado em expediente igualmente por escrito, ressalvados os direitos dos já existentes.

Art. 51 - Associações Regionais e os Núcleos terão jurisdição definidas pelos seus fundadores, respeitando-se:

I - Núcleos – limitado a um município, podendo ser expandido para uma região específica, desde que autorizado pela Associação Regional a que

pertence ou pela ACGJB, não podendo, porém, congrega municípios de mais de um Estado;

- II - Associações - os limites Estaduais das Unidades da Federação;
- III - Nas Unidades da Federação que se encontram instaladas as Associações Estaduais filiadas à Entidade Nacional, os Núcleos ali existentes, obedecidos os limites estipulados, deverão filiar-se à Associação Estadual, a fim de terem acesso aos serviços da Entidade Nacional (ACGJB);
- IV - Na Unidade da Federação onde não existirem Associações Estaduais, os Núcleos poderão filiar-se diretamente com a Entidade Nacional (ACGJB).

§ 1º - A Diretoria da ACGJB estabelecerá os requisitos técnicos, administrativos e quadro social mínimos necessários para o reconhecimento da Entidade como Associação Regional ou Núcleo, respeitado o direito daqueles já existentes a época da entrada em vigor deste Estatuto.

§ 2º - Duas ou mais unidades da Federação poderão criar uma Associação, desde que, em sua denominação seja estampado o nome de todos os Estados.

§ 3º - O atendimento ao criador associado poderá ter sua jurisdição incorporada à ACGJB, mediante pedido endereçado ao Presidente Nacional indicando seus motivos, nos termos do que dispõe o Regimento Interno com aprovação do Conselho Deliberativo Pleno.

§ 4º - Os Cargos diretivos das Associações Regionais e dos Núcleos somente poderão ser exercidos por sócios da Associação dos Criadores de Gado da Filiada.

Art. 52 - A ACGJB poderá auditar as filiadas nos termos do que dispõe o Regimento Interno para verificar o cumprimento das obrigações técnicas e administrativas, e, em havendo necessidade, a critério da Diretoria, convocar assembleia geral para troca da diretoria da filiada.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53 - A Associação não distribuirá lucros, dividendos ou participações, a qualquer título, a seus associados, diretores ou membros dos Conselhos, os quais exercerão seus mandatos graciosamente, sem direito a nenhuma remuneração, cabendo-lhes, entretanto, o reembolso das despesas que



realizarem para o exercício de suas funções quando autorizados pela Diretoria.

Parágrafo único - Os membros das áreas Técnica e Administrativa terão a remuneração que lhes for estipulada pela Diretoria.

Art. 54 - A Associação poderá firmar acordo com revista técnica ou eventualmente manter a própria revista ou boletim para a publicação dos atos e fatos relativos ao registro ou controle genealógico e leiteiro, que se constituirão assim em órgão oficial.

Art. 55 - A Associação tem personalidade distinta dos associados que a compõem e os associados não respondem pelas obrigações sociais, nem subsidiariamente.

Art. 56 - A Associação manter-se-á alheia a manifestações políticas e religiosas, proibindo-as em sua sede social ou outras dependências.

Art. 57 - As dúvidas ou omissões do presente Estatuto serão resolvidas pela Diretoria, que as submeterá, caso julgar necessário, a apreciação da Assembleia Geral, atendidos os ditames da Legislação Aplicável.

Art. 58 - O presente Estatuto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2020

NELCI JOSÉ PEDROZO MAINARDES
PRESIDENTE

Fábio Ricardo Ferrari
OAB/PR 17.498

7º TABELIONATO

7º TABELIONATO DE NOTAS - Dr. Angelo Volpi Neto
R. Mal Deodoro, 230 - Centro - CURITIBA - PARANÁ - Fone: 3094-7700
Reconheço e dou fé por SEMELHANÇA a(s) firma(s) Supra-assinada(s) de:

[9GMzrHk1]-FABIO RICARDO FERRARI.....

Nº: ns02Z . KL4od . QNZCV - W2AUZ . a7Kyn

SELO DIGITAL:WWW.FUNARPEN.COM.BR.....

Em testemunho da verdade
Curitiba, 26 de Maio de 2020.

LUANA CAPELLI DUARTE - ESCRIVENTE
SINAL PÚBLICO EMWWW.CENSEC.ORG.BR.....





4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial de Registro: Robson de Alvarenga

Rua Quinze de Novembro, 251 - 5º Andar - Centro
Tel.: (11) 37774040 - Email: contato@4rtd.com.br - Site: www.4rtd.com.br

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

Nº 689.129 de 08/04/2020

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo **31 (trinta e uma) páginas**, foi apresentado em 27/02/2020, o qual foi protocolado sob nº 393.817, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **689.129** e averbado no registro nº 68453/A no Livro de Registro A deste 4º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

ASSOCIACAO DOS CRIADORES DE GADO JERSEY DO BRASIL

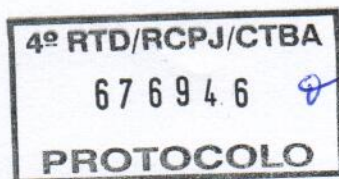
Natureza:

NOVO ESTATUTO COM TRANSFERÊNCIA DE COMARCA

São Paulo, 08 de abril de 2020

Carlos Augusto Peppe
Escrivente

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

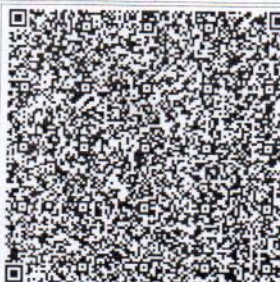


Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 230,81	R\$ 65,74	R\$ 44,98	R\$ 12,13	R\$ 15,95
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 11,19	R\$ 4,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 385,64



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
servicos.cdtsps.com.br/validarregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

00181465320759144



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital

1134804PJFE000020801DB20H